

Em convenção, PDT fecha apoio à reeleição de Lula para presidente da República

Desde 1989, partido esteve mais distante que próximo do PT nas eleições

Por **Rudolfo Lago e Beatriz Matos**

O PDT foi o primeiro partido a realizar convenção nacional nesta segunda-feira (20).

E, ao contrário de 2022, quando teve um candidato próprio à Presidência – Ciro Gomes, que agora no PSDB será candidato a governador do Ceará –, o PDT apoiará a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A convenção aconteceu na sede nacional do PDT, em Brasília. O presidente Lula esteve presente e discursou ao lado do presidente do partido, Carlos Lupi.

“NÃO TEMOS O DIREITO DE PERDER”

Em seu discurso, Lula lembrou da luta de Getúlio Vargas pelo petróleo brasileiro e pelos direitos trabalhistas. Vargas, ao lado de Leonel Brizola, são os principais símbolos do PDT.

“Lupi, nós não temos o direito de perder as eleições”, disse Lula. “Nós vamos derrotar todos. Nós vamos ganhar no primeiro turno”, afirmou o presidente.

“Eu tenho 81 anos hoje eu estou mais motivado e mais preparado do que quando eu tinha 57 anos e fui eleito presidente da República pela primeira vez”, afirmou.

Pesquisa Quaest divul-



Lula provocou Flávio Bolsonaro: “Vamos ganhar no primeiro turno”

gada na semana passada, porém, aponta para uma eleição em dois turnos. Lula lidera o primeiro turno com 40% das intenções de voto, contra 28% dados ao seu principal adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL). No segundo turno, Lula tem 45% e Flávio 37%.

Lupi foi ministro da Previdência de Lula. E acabou deixando o cargo em maio do ano passado, quando eclodiram as denúncias do escândalo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Na ocasião, também deixou o governo o então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto. Lupi foi substituído no ministério por Wolney Queiroz.

ESQUECER O QUE DESUNIU

“Estamos somando aquilo que nos une e, porventura, em algum momento nos desuniu, esquecendo isso para olhar para frente”, disse Lupi.

“Hoje, nosso ato é ato de reencontro com a nossa história”, disse Lupi. “De restabelecimento do nosso cami-

nho. Dizer ao presidente Lula que o PDT não falta. Vamos Lula, votamos 13”, concluiu.

MAIS LONGE DO QUE PERTO

Na verdade, ao longo da história nem sempre o PDT e o PT estiveram unidos. Em 1989, Leonel Brizola disputou com Lula a posição no segundo turno, e perdeu por pouco. Lula acabou perdendo para Fernando Collor. Em 1994, Brizola foi novamente candidato e Lula também. Venceu Fernando Henrique Cardoso.

Em 1998, finalmente os

dois estiveram juntos. Brizola foi o candidato a vice-presidente na chapa de Lula. Mas FHC acabou reeleito.

Em 2002, no primeiro turno o PDT apoiou a candidatura de Ciro Gomes, então candidato pelo PPS. No segundo turno apoiou Lula, que foi eleito presidente.

Em 2006, o candidato à Presidência do PDT foi Cristovam Buarque. Lula foi reeleito.

Em 2010, o partido apoiou a eleição de Dilma Rousseff. Também apoiou sua reeleição em 2014.

Então, teve Ciro Gomes como candidato em 2018 e 2022. Em 2018, houve o rompimento de Ciro com o PT. O então candidato do PDT acreditava que teria mais chances de vencer Jair Bolsonaro que Fernando Haddad, o nome do PT após a prisão de Lula.

CIRO GOMES

Do mesmo estado em que Ciro Gomes agora será candidato a governador, o líder do partido na Câmara, André Figueiredo, disse que com a saída do agora tucano, o PDT volta a “ser raiz”.

“Com a saída do nosso ex-companheiro Ciro, o pessoal falou que o PDT do Ceará morreu. Morreu nada. Voltamos a ser o PDT raiz”.

Valdemar muda argumentação sobre emendas

Por **Beatriz Matos**

A defesa do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma nova explicação sobre sua atuação na destinação de emendas parlamentares.

Ao responder aos questionamentos do ministro Flávio Dino, os advogados sustentam que o dirigente exercia apenas articulação política dentro do partido, sem qualquer poder formal para indicar ou administrar recursos do orçamento.

A manifestação da defesa vem após a Operação Transparência, que investiga suspeitas de irregularidades na destinação de emendas parlamentares e teve Valdemar como um dos alvos.

Na ocasião, o ministro Flávio Dino determinou medidas cautelares, como o bloqueio de bens do presidente do PL. Após a operação, Valdemar afirmou, em entrevistas, que recebia demandas de prefeitos e as encaminhava à bancada do partido. A defesa agora sustenta que as declarações não significam que ele exercia qualquer poder sobre a indicação ou a execução das emendas.

Na resposta enviada ao Supremo, a defesa afirma que dirigentes partidários podem receber demandas de prefeitos, conversar com parlamentares e defender prioridades da legenda, mas não têm poder para apresentar emendas, definir a destinação das verbas ou determinar a execução dos recursos públicos.

Segundo os advogados, essas decisões permanecem sob responsabilidade exclusiva dos deputados e senadores autores das emendas.

DIFERENTE DO QUE DISSE ANTES

A estratégia difere das primeiras manifestações apresentadas após a Operação Transparência.

Na ocasião, a defesa concentrou os argumentos em contestar a investigação, classificando as medidas determinadas por Flávio Dino como uma criminalização da atividade político-partidária e negando qualquer irregularidade.

Agora, o foco passou a ser distinguir a articulação política exercida por dirigentes partidários da gestão formal das emendas parlamentares.



Defesa de Valdemar muda argumentação sobre emendas

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL